

Indaqua: Projetos de Eficiência Hídrica aumentam resiliência dos territórios à seca

17 de Maio, 2022

Mínimos de precipitação, máximos de temperatura, maior frequência e intensidade de fenómenos climáticos mais polarizados entre escassez e cheia.

Há muito que as alterações climáticas deixaram de ser uma perspetiva de futuro para se tornarem uma realidade com impactos visíveis, incluindo na disponibilidade da água. Que soluções existem para o país a curto prazo?

Em Portugal, o início de 2022 trouxe quadros de seca agravados pela falta de precipitação. A situação não é nova, já que um estudo recente da Agência Portuguesa do Ambiente aponta para uma redução, nos últimos 20 anos, de cerca de 15% na precipitação em Portugal e Espanha, estimando uma quebra de 10% a 25% até ao final do século. Por cá, as últimas duas décadas representaram ainda uma diminuição de 20% na disponibilidade hídrica.



A seca está a tornar-se mais abrangente no tempo e no espaço: já não se limita nem às regiões a Sul do Tejo (sendo aí particularmente alarmante) nem aos meses mais quentes. No futuro, é calculável as suas consequências também sejam progressivamente mais abrangentes, deixando de preocupar somente setores como a agricultura ou a pecuária e impactando a generalidade do consumo.

Este cenário tão alarmante quanto conhecido tem gerado estratégias setoriais, nacionais e internacionais, acompanhadas de quantias avultadas para investimento. Só no Plano de Recuperação e Resiliência português, estão alocados 390 milhões de euros para “mitigar a escassez hídrica e assegurar a resiliência dos territórios” e apenas para o Algarve, Alentejo e Madeira.

“Importa que os fundos disponíveis sejam concentrados em medidas focadas na eficiência com que usamos os recursos incluindo a água. E esta tem de começar obrigatoriamente no próprio setor da água para consumo humano, o que está ainda muito longe de acontecer”, sugere **Pedro Perdigão**, CEO da INDAQUA, grupo que garante o abastecimento a mais de 600 mil pessoas.

Na média das mais de 250 entidades gestoras, o setor perde cerca de 30% da água que entra nos sistemas de abastecimento, antes ainda de esta chegar aos consumidores. Roturas, fugas, falhas de gestão e controlo ou mesmo roubos estão entre as causas que estagnam o indicador de “água não faturada” há uma década. De acordo com os dados da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, há municípios com perdas a chegar aos 80%, e três que não ultrapassam os 10% – Vila do Conde, Santo Tirso e Trofa, todos operados pela INDAQUA.

“Fazemos um controlo muito rigoroso às perdas de água, recorrendo a tecnologia e a equipas especializadas. Temos alcançado resultados de referência nacional e internacional, nas cinco concessões municipais que operamos. Em todos os casos as reduções das perdas são muito significativas atingindo níveis onde a poupança alcançada é suficiente para o abastecimento integral daqueles concelhos por mais de 4 meses. O caso de Santo Tirso e Trofa, por exemplo, é paradigmático, porque as perdas eram de 57% quando a INDAQUA arrancou com as operações. Atualmente, são apenas 10%”, explica Pedro Perdigão.



Com base na metodologia que aplicada nas suas concessões, sustentada na experiência internacional do Grupo Miya, que integra, a INDAQUA desenvolveu um modelo que permite, em parceria com entidades gestoras públicas ou privadas, evitar o desperdício em diversos territórios em Portugal. Os Projetos de Eficiência Hídrica, com duração de cinco anos, estabelecem objetivos de redução de perdas para o município em que são aplicados, sendo a INDAQUA remunerada de acordo com seu cumprimento. A sensorização de redes, para monitorizar perdas anómalas, ou a renovação do parque de contadores são algumas das medidas implementadas pela INDAQUA para garantir poupanças de água e, por consequência, do valor económico que esta representa.

“O controlo de perdas tem de ser prioritário no combate à escassez de água à qual o nosso país é particularmente vulnerável. Estes projetos permitem resultados significativos logo no primeiro ano em que são aplicados. Trata-se de uma solução rápida, com investimento, relativamente reduzido, em tecnologia de ponta, aplicável a qualquer território. Sobretudo, quando comparamos com a construção de barragens ou a dessalinização, que normalmente são apontadas como soluções para a seca. O controlo de perdas tem de ser prioritário no combate à escassez de água à qual o nosso país é particularmente vulnerável”, explica Pedro Perdigão.

Este artigo foi publicado na edição 92 da Ambiente Magazine.